

LEI Nº 263, DE 14 DE JUNHO DE 2007.

(Revogada pela Lei nº 736/2010)



**REGULAMENTO, NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, A  
DISPOSIÇÃO DO PARÁGRAFO 3, DO  
ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI:

**Art. 1º** Para os efeitos do parágrafo 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, consideram-se como de pequeno valor, para pagamento independente da expedição de Ofício Precatório, as obrigações do Município decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, de valor inferior ou igual a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 1º O valor estabelecido neste artigo refere-se ao crédito total da sentença condenatória transitada em julgado, independentemente do número de credores.

§ 2º A cobrança das despesas processuais deverá observar o mesmo procedimento previsto para o débito principal, salvo se elas ultrapassarem o limite estabelecido como de pequeno valor.

**Art. 2º** Recebida a requisição, a ser expedida pelo Tribunal Respetivo, o pagamento se fará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, diretamente ao credor, ou mediante depósito à disposição do Juízo, nos autos da requisição.

**Art. 3º** As obrigações de valor superior ao estabelecido no artigo 1º desta Lei, serão, obrigatoriamente, satisfeitas mediante precatório, salvo se o credor renunciar expressamente ao valor excedente.

Parágrafo único. A renúncia de que trata este artigo poderá ser expressa em qualquer fase do processo. Entretanto, acaso seja expressa após a expedição do precatório, o pagamento somente será efetuado após a Transformação, pelo Tribunal respectivo, do precatório em requisição de pequeno valor.

**Art. 4º** Tanto na hipótese de pagamento direto ao credor, quanto na de depósito judicial do crédito, serão retidas, pelo Município, quando devidas, as parcelas relativas ao Imposto de Renda Retido na Fonte, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, e as contribuições previdenciárias.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos sobre as requisições futuras e as já expedidas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de junho de 2007.

DONALDO WAGNER  
Prefeito Municipal